

**O CARTÃO BOLSA FAMÍLIA
COMO GARANTIA DE VOTO E DROGA:
ANÁLISE CRÍTICA DE UM ARTIGO DE OPINIÃO**

Mailson Alves Barbosa (UFES)

gedimufes@gmail.com

Micheline Mattedi Tomazi (UFES)

gedimufes@gmail.com

1. Considerações iniciais

As pessoas estão diariamente em contato com diferentes discursos veiculados na sociedade por intermédio das mídias, ou difundidos em qualquer esfera da atividade humana. Nesse sentido, a mídia se torna um importante instrumento de propagação ideológica, já que direta ou indiretamente, ela influencia as atitudes das pessoas no que diz respeito ao posicionamento sobre os fatos, às decisões, aos direcionamentos políticos, enfim sobre o que diz respeito às escolhas dos indivíduos na sociedade.

Na intenção de refletir sobre as possíveis relações de poder e como esse poder, ou mesmo o abuso de poder, é reproduzido discursivamente e legitimado nos discursos veiculados na mídia capixaba, apresentamos, neste artigo, parte de uma pesquisa desenvolvida no Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES).

Escolhemos como objeto de análise um artigo de opinião publicado no jornal *A Gazeta*, em 15/04/2012, intitulado “Voto e Droga”, cujo tema é o Programa Bolsa Família do Governo Federal. Nosso objetivo é analisar como a construção social do programa no texto do jornal aponta para relações de poder e hegemonia na sociedade capixaba.

Nossa hipótese é a de que o discurso da elite simbólica capixaba, principalmente o que é veiculado pelo jornal, é moldado para a desconstrução dos interesses ideológicos do governo federal. Entendemos por elite simbólica capixaba, no âmbito do jornal *A Gazeta*, os jornalistas e os articulistas, que são responsáveis pela produção dos discursos que circulam na sociedade capixaba. As elites simbólicas “são literalmente o(s) grupo(s) na sociedade que mais têm “algo a dizer” e que, portanto, também têm acesso preferencial às mentes do grande público” (VAN DIJK, 2010, p. 139). Assim, podemos dizer que, ao reproduzir suas ideologias, crenças, conhecimentos, as vozes dos jornalistas e dos articulistas reproduzem as ideologias da instituição a qual representam. Portanto, “eles

são os fabricantes de conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos” (VAN DIJK, 2010, p. 45).

Nesse sentido, procuramos respaldo teórico e analítico nos estudos críticos do discurso, de van Dijk (2003, 2010, 2012) e elegemos como categoria de análise as escolhas lexicais presentes no texto, a fim de demonstrar como essas escolhas representam a construção social do Programa Bolsa Família do Governo Federal e apontam para relações de poder e hegemonia.

Este artigo está dividido da seguinte forma: em um primeiro momento, faremos um apanhado da teoria que sustentará nossa análise a partir dos trabalhos de van Dijk (2003, 2010, 2012) e apresentaremos as noções que serão utilizadas na análise do artigo de opinião, ou seja, os conceitos de ideologia, poder e hegemonia. Nesta mesma seção apresentamos reflexões sobre o discurso midiático, a noção de representação social e os itens lexicais como categoria de análise. Em seguida, apresentamos uma proposta de análise do artigo de opinião, seguida de nossas considerações finais.

2. O referencial teórico dos estudos críticos do discurso

A linguagem, na perspectiva dos estudos críticos do discurso, não pode ser encarada como fruto de representação ou tradução do pensamento dos sujeitos, mas como prática social. A concepção de discurso nos estudos críticos do discurso dialoga com essa concepção de linguagem já que o discurso não é compreendido apenas como objeto autônomo, mas como uma interação situada, como prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política (VAN DIJK, 2010, p. 12).

As análises discursivas feitas à luz dos estudos críticos do discurso estão relacionadas, inevitavelmente, ao discurso, ao poder e à sociedade. Analisar os discursos com os quais a sociedade está em contato, sob essa perspectiva, é analisar as possíveis relações de poder que se instauram no discurso e que podem não só prejudicar as pessoas, mas também promover a desigualdade social. Van Dijk ressalta que

Os estudos críticos do discurso não estão meramente interessados em qualquer tipo de poder, mas especificamente se concentram no abuso de poder, isto é, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiça sociais (VAN DIJK, 2010, p. 10).

Nessa perspectiva, os analistas críticos do discurso assumem um papel fundamental entre a prática discursiva e os efeitos que essas práticas podem acarretar na sociedade. Eles “adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvendar e, em última instância, opor-se à desigualdade social” (VAN DIJK, 2010, p. 113). Dessa forma, analisar o discurso é contribuir com a sociedade que diariamente está enranhada no jogo de poder e, em algumas vezes, nas formas de abuso de poder.

As estruturas do discurso são fundamentais para que possamos entender como são manifestadas as relações de poder tanto na modalidade oral quanto na escrita. Para isso existem várias maneiras de analisar os níveis dessas estruturas discursivas. Assim, os estudos críticos do discurso propõem contribuir para desmascarar as relações de abuso de poder praticadas por um determinado grupo, na e pela linguagem, que tem acesso preferencial ao discurso público, sobre outro grupo. Logo os estudos críticos do discurso são muito importantes, pois dão uma ampla visão de como as elites simbólicas, representadas por jornalistas, articulistas, médicos, advogados, professores, políticos etc., usam o discurso para manipular, para seduzir e, muitas vezes, para exercer discursivamente o abuso de poder e a reprodução de preconceitos étnicos, linguísticos, sociais, raciais, entre outros.

3. As noções de ideologia, poder e hegemonia

A sociedade é constituída por cidadãos que podem, ou não, compartilhar as mesmas crenças, os mesmos valores éticos, as mesmas opiniões, as mesmas atitudes, enfim, uma infinidade de ações que estejam relacionadas, intimamente, à maneira de pensar e agir sobre determinados assuntos de seu interesse. É nesse sentido que se faz necessário esclarecer o conceito de ideologia, uma vez que falar de ideologia é falar de grupos inseridos na sociedade.

Adotamos, neste artigo, a concepção de ideologia proposta por van Dijk (2010). Para o autor, a ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica consiste em normas, valores, metas, e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de maneira que possam oferecer a percepção, interpretação nas práticas sociais

que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo (VAN DIJK, 2010, p. 43).

Todas as ações discursivas praticadas na sociedade por cidadãos ou por seus representantes são mediadas pelas ideologias dos grupos, sejam eles dominantes, sejam dominados, tendo em vista que “uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que por sua vez, codeterminam as práticas sociais” (VAN DIJK, 2010, p. 43). Portanto, todos os discursos proferidos pelos falantes, direta ou indiretamente, estão inevitavelmente ligados às ideologias do grupo ao qual pertencem.

Pensar nas relações sociais e, logo, nos posicionamentos ideológicos que norteiam as práticas discursivas dos sujeitos é, sem dúvida, pensar nas relações de poder e hegemonia. Sabemos que na sociedade as pessoas ocupam posições sociais diferentes, portanto o que se observa é que “o poder é exercido e expresso diretamente por meio do acesso diferenciado aos vários gêneros, conteúdos e estilos de discurso” (VAN DIJK, 2010, p. 44).

O sentido de poder que tomamos como base em nosso trabalho é o mesmo de van Dijk (2010), que o entende como controle que um grupo exerce sobre outros grupos e seus membros. Esse poder, pensado no âmbito do discurso midiático, é simbólico porque é capaz de manipular, persuadir, seduzir, doutrinar pessoas.

É importante ressaltar que nas relações de poder existe o abuso de poder, sua reprodução ilegítima como forma de interação, comunicação ou outra prática social que serve apenas ao interesse de uma parte ou um grupo e são contra os interesses da maioria. Van Dijk (2010, p. 238) esclarece que essas relações de poder pautadas na dominação/subordinação têm sido chamadas de hegemonia.

4. As escolhas lexicais na mídia e a representação social

A mídia é um dispositivo capaz de reproduzir e veicular discursos. Ela se constitui como um mecanismo poderoso de informação, manipulação, persuasão. Portanto, se na mídia são veiculados diversos tipos de discursos, e esses discursos são práticas sociais de atores na sociedade, então, a mídia se constitui como um importantíssimo instrumento de propagação de interesses ideológicos de uma determinada parcela na sociedade, uma vez que todo discurso é sócio-histórico e ideologicamente constituído. Dessa forma, ao veicular informações através das práticas

discursivas, as mídias estão possibilitando, na verdade, a propagação das ideologias do grupo dominante e, desse modo, assumem um papel de sustentadoras das relações hegemônicas na sociedade.

As representações sociais tornam-se importantíssimas porque os discursos veiculados pela mídia estão carregados por essas representações, servindo, assim, como modo de controle de comportamento social, segundo Moscovici, “elas funcionam como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade” (2004, p. 54).

As mídias são responsáveis pela veiculação de crenças, de opinião, de conhecimento, podendo, às vezes, modificar aspectos da cognição pessoal dos cidadãos que se envolvem na interação verbal, influenciando, assim, a construção da realidade social. Se as representações sociais são capazes de modificar a cognição pessoal e, portanto, influenciar as atitudes, o comportamento social, as ações na sociedade, então, adotamos a noção de representação social como estratégia textual-discursiva responsável pela instauração das relações de poder na e pela linguagem. Nessa abordagem, ao produzir as representações sociais, as pessoas estão produzindo modelos que devem ser aceitos e compartilhados pelos outros, sem levar em consideração os interesses dos grupos ditos não dominantes.

Segundo Van Dijk,

Por meio das palavras que usam, os falantes mostram suas identidades sociais, suas relações enquanto participantes, sua adaptação à audiência, seu estado de espírito, suas emoções, seus valores, suas opiniões e atitudes, seus propósitos, seu conhecimento e os tipos de situações (in)formais ou institucionais em que estão falando ou escrevendo (VAN DIJK, 2012, p. 238).

A escolha lexical é definida pelos modelos de eventos subjacentes dos usuários da língua. Nesse sentido, as pessoas elegem as palavras que expressam, da maneira mais exata possível, a informação específica que está presente nos modelos de evento (VAN DIJK, 2012, p. 238). Van Dijk (2012) também sugere uma lista dos tipos de controle textual da escolha e variação lexical que compreende: tipo de situação (formal *versus* informal); variações regionais/dialetais; identidade social e estereótipos; usos especializados *versus* não especializados; posição social; relações sociais; avaliações, apreciações; emoções dos falantes (verbos e substantivos de emoção/qualificativos); ideologia; conhecimento; tipo de atividade (dêiticos, performativos); objetivos (substantivos, verbos, advérbios que indicam intenções, propósitos).

5. *Análise do artigo de opinião “Voto e Droga”*

O texto que nos servirá como objeto de análise, como já mencionamos, é um artigo de opinião publicado no jornal *A Gazeta*, em 14/12/2012, intitulado “Voto e Droga”. O texto selecionado aborda um acontecimento no interior do estado do Espírito Santo no qual uma mulher utiliza-se do cartão Bolsa Família para alimentar seu vício.

Em primeiro lugar, a fim de darmos prosseguimento à análise a que nos propomos, é preciso recuperar o contexto situacional de produção do referido artigo. No interior do estado, mais precisamente na região do Caparaó, um casal de traficantes foi preso pela polícia na boca de fumo com alguns objetos, dentre eles um cartão do Programa Bolsa Família. O que chamou a atenção dos policiais foi o fato de que o cartão foi deixado por uma mulher de vinte e sete anos, usuária de drogas, como garantia de pagamento de uma dívida de drogas. Segundo a usuária, no dia em que o dinheiro do benefício do governo era liberado, os traficantes sacavam o valor e, assim, ela quitava a dívida.

Além de entendermos o contexto que gerou o artigo de opinião que será analisado é necessário, também, que entendamos a função do Programa Bolsa Família do Governo Federal na sociedade. Ele é um programa destinado às famílias pobres ou de extrema pobreza, que procura combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional da população, bem como procura promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

Assim, após o levantamento do contexto de produção do artigo de opinião, procuramos empreender a análise destacando itens lexicais que julgamos relevantes para o que nos propomos analisar no texto. No início do artigo de opinião, ao relatar o acontecimento da compra de drogas, o articulista rotula-o de insólito, ou seja, lança mão de um adjetivo que caracteriza aquilo que é raro ou incomum, aquilo que não se apresenta de maneira habitual: “*Um fato insólito ocorreu em Guaçuí*”. De certa forma, ao contextualizar e rotular o acontecimento como insólito, o enunciadador expõe sua intenção e cria uma visão de impossibilidade, algo que foge da realidade social quando se trata de recursos do governo e práticas ilegítimas. Vale ressaltar também a forma como ideologicamente o articulista representa a imagem da mulher envolvida na situação: uma mulher de 27 anos, viciada e jovem. Ao longo do texto é possível perceber

que esse tratamento se estende de forma negativa a todos que se beneficiaram do programa do governo federal: os indivíduos, esse pessoal etc.

Outro ponto que chama a atenção é a utilização das expressões “como garantia” e “como forma de pagamento”. Vemos nessa escolha a necessidade de o enunciador mostrar a finalidade do recurso ideológico do governo, que não serve apenas para alimentar as famílias carentes, mas também para garantir a sustentação de vícios de seus beneficiários. Dessa forma, temos a associação de práticas ilícitas com a utilização do dinheiro público, marcando realmente a possível finalidade do cartão. E não bastasse utilizá-lo como garantia, ainda deixou a senha. Notemos que a escolha lexical do articulista confere a esse recurso ideológico do governo uma carga negativa, pois ele está associando o Programa Bolsa Família do Governo Federal a fatos negativos na sociedade, uma vez que comprar drogas é uma atividade ilícita.

Em seguida, o enunciador do texto dá voz em discurso direto a um representante da elite simbólica, ou seja, a avaliação é feita por um sujeito cujo discurso é de autoridade. Nesse sentido é que aparece a voz do tenente Sebastião Seabra Nunes, cuja identificação é feita no texto no sentido de reforçar sua credibilidade e legitimidade: ele é apresentado pelo nome próprio e descrito como tenente, chefe de Inteligência da Polícia Militar. Essa fala, então, aparece no texto como marca de conhecimento e autoridade: “É uma coisa que foge da realidade. É uma inversão de valores. O cartão que deveria ser utilizado para alimentar crianças é usado para manter o vício. Mostra que alguma coisa está errada”. Nesse momento, ao dar voz ao tenente, o articulista utiliza o verbo de fala “afirmou” como uma forma de valorizar positivamente o outro e evidenciar seu discurso como relevante. Assim, a valorização positiva é atribuída ao tenente que está em situação superior e pode “afirmar” que os valores estão invertidos e o cartão, que deveria alimentar crianças, passa a ser usado para alimentar o vício. Nesse sentido, ao dar voz a uma instância legitimada para dizer os enunciados contidos no discurso direto, o enunciador busca ratificar os valores nos quais acredita, pois se ele permite que a voz dessa instância se inscreva no seu discurso, há uma investida carregada de intencionalidade.

No quarto parágrafo, referenciando o que o tenente enunciou em discurso direto, o enunciador faz questão de ratificar que não se trata de um caso isolado: “O Brasil está cheio de aberrações como essa. Os indivíduos utilizando o cartão do Bolsa Família para comprar drogas”. Há, novamente, uma escolha que aponta para uma avaliação do enunciador

ao utilizar o item lexical “aberrações”. Desse modo, o articulista rotula negativamente esse acontecimento, fazendo questão de mostrar que há, também, outras formas de subverter os valores sociais. Vemos, então, uma visão negativa, já posta em cena antes, do programa do governo federal. Assim, esse enunciador vai construindo avaliações e ideologias e representações sociais que são projetadas para a sociedade. Além disso, a escolha do item lexical “indivíduos” aponta para um sentido negativo, num certo tom de desprezo que, acompanhado do artigo definido, aponta para uma representação social negativa desse grupo na sociedade.

No enunciado seguinte temos a utilização do vocábulo (sob forma de adjetivo) “denunciada” que remete, no imaginário social da instância de recepção, às práticas ilícitas dos cidadãos. Parece-nos que o efeito que se deseja passar aos interlocutores/leitores é de que o governo é responsável por possibilitar “o crime”, sendo o Programa Bolsa Família do Governo Federal uma ferramenta para isso. Dessa forma, temos certa polarização entre as características positivas desse representante da elite simbólica e características negativas do governo federal, mostrando a posição entre nós, como agente denunciador de práticas ilícitas na sociedade, e o outro, como agente possibilitador de tais práticas ilícitas.

Ao finalizar o quarto parágrafo, o articulista categoriza o programa da seguinte maneira e apresenta mais uma avaliação negativa: “O governo entende que é através desse artifício estúpido, das pessoas serem dependentes dos favores públicos, que se construirá um país soberano, independente, com uma população responsável”. O enunciador, ao categorizar o Programa Bolsa Família como “artifício estúpido”, mostra-nos sua posição ideologicamente desfavorável ao Programa de Bolsa Família, pontuando que, na verdade, tal programa só cria dependências. Dessa forma, ele ratifica os valores sociais compartilhados por uma determinada parcela da sociedade a respeito desse programa do governo como responsável por criar uma dependência da população que é contemplada pelo governo com o auxílio do Bolsa Família, fazendo com que esses beneficiários se acomodem e não busquem formas próprias de sustento. Segundo essa perspectiva, o Programa Bolsa Família propicia a vadiagem, o conformismo, a dependência e, também, a compra de votos. É necessário notar que em nenhum momento a instância produtora leva em consideração os possíveis interesses dos beneficiários com o programa, nem mesmo lhes dá voz no texto.

No quinto parágrafo, temos o seguinte fragmento: “Infelizmente, dificilmente esse pessoal que vive da caridade pública, através do Bolsa

Família, se recupera, aprenda alguma coisa, para se tornar um dia independente, ter sua fonte de renda com seu trabalho, seu esforço”. Vale notar nessa passagem a modalização dos advérbios, já que, ao mesmo tempo em que o enunciador parece se mostrar comovido com a situação dos beneficiários (com a utilização do advérbio *infelizmente*), ele se distancia deles, pois basta-nos olhar a maneira que esse enunciador se refere à população carente, com a utilização do advérbio *“dificilmente”*, seguido da expressão *“esse pessoal”*. A negação parece apontar para o quão distante ele se coloca dos brasileiros beneficiários, mais especificamente de uma minoria da população capixaba. Com a utilização do advérbio *“dificilmente”*, o enunciador, de certa forma, passa uma visão pessimista a respeito da atual situação da população beneficiária, desconstruindo a visão otimista do Programa Bolsa Família do Governo Federal em ajudar as pessoas mais desfavorecidas. Não bastasse chamar a população carente de *“esse pessoal”*, o enunciador referencia o Bolsa Família como caridade pública, apontando-nos para sua posição marcadamente negativa em relação a ele. Outro ponto que ainda cabe ressaltar é que em momento algum, o enunciador procurou estabelecer ou demonstrar um posicionamento positivo sobre o programa que poderia apontar para o objetivo do governo e o fato de que ser beneficiário do Bolsa Família não significa que a pessoa seja dependente, mas que esse recurso serve para incrementar a renda salarial da população, servindo de apoio às famílias em condições de pobreza e miséria.

No penúltimo parágrafo, o enunciador reforça esse seu posicionamento negativo a respeito do Programa Bolsa Família: *“Com objetivo de subtrair benefícios eleitorais dessa gente dependente, nossos governantes estimulam o ócio, a corrupção, a dependência humilhante de uma pobre gente [...]”*. Através da escolha do verbo *“subtrair”*, o enunciador pontua que a finalidade do programa é, na verdade, a troca de *“favores”* ou mesmo uma estratégia política para angariar votos. Nessa perspectiva, o programa funciona como moeda de troca. Ao falar que o governo estimula o ócio, o enunciador, mais uma vez, evidencia sua avaliação e posicionamento ideológico a respeito da população beneficiária e dele.

No último parágrafo, o enunciador finaliza com um dos principais conhecimentos a ser veiculado a respeito do Programa Bolsa Família: *“Milhares e milhares de casos iguais e até piores existem pelo interior brasileiro, sempre com o mesmo objetivo: comprar votos”*. A associação feita pelo articulista entre os itens lexicais *“voto”* e *“droga”* se dá pelo fato de ele acreditar que essa forma *“de política”* propicia a dependência, a

corrupção. Ao veicular esse conhecimento a respeito dele na sociedade, compreendemos que as elites simbólicas querem controlar as representações sociais da população capixaba, dessa forma, elas controlarão não só o que a população pensa, mas também o que a população faz na sociedade.

Dessa forma, as escolhas lexicais apontam para o posicionamento ideológico desse enunciatador, uma vez que são suas ideologias que orientam sua prática discursiva.

6. Considerações finais

Compreendemos a partir da análise desenvolvida que a seleção lexical revela o posicionamento dos indivíduos de acordo com suas crenças, conhecimentos e ideologias. Essas escolhas lexicais no artigo de opinião analisado apontam para a desconstrução do Programa Bolsa Família como instrumento de política pública capaz de ajudar na inclusão social de indivíduos marginalizados. Aqui, têm-se dois discursos poderosos, de um lado o discurso das elites simbólicas, que procura desconstruir esse interesse do governo, do outro o discurso do governo, que acredita na funcionalidade de seu programa. Nesse sentido, é importante ressaltar a força manipuladora da voz midiática, representada pelo articulista, que fala de um lugar institucionalizado e defende interesses do grupo ao qual representa.

Se a sociedade capixaba compartilhar esse tipo de conhecimento a respeito do Programa Bolsa Família, será muito mais fácil para que os representantes das elites simbólicas controlem as ações dos indivíduos nessa estrutura social. Se considerarmos que o discurso controla mente e que as mentes controlam as ações, podemos afirmar que controlar as representações sociais instauradas no discurso midiático é, sem dúvida, uma ferramenta eficaz para manutenção do poder e, logo, da hegemonia.

A análise procurou colocar em evidência o fato de que o discurso apresentado no artigo de opinião, além de fazer uma construção social negativa do programa, aponta para relações de poder e hegemonia que legitimam o discurso das elites simbólicas. Com este trabalho pretendemos contribuir para as pesquisas que assumem um posicionamento crítico sobre as relações entre mídia, sociedade, discurso e poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENDONÇA, G. U. de. Voto e droga. *A Gazeta*, Vitória, 14 de abril 2012.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: Investigação em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Discurso e contexto: uma perspectiva sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction*. Madri: Ariel Linguística, 2003.

ANEXO

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço

Site: www.uchoademendonca.jor.br

/// A jovem confessou que havia acabado de comprar a droga numa boca de fumo e que deixou no local, como garantia, seu cartão do Bolsa-Família

Voto e droga

Um fato insólito ocorreu em Guaçuí, na região do Caparaó, onde uma mulher, de 27 anos, deixou o cartão do programa Bolsa-Família, com a senha, numa boca de fumo, como forma de pagamento do vício. O cartão foi recuperado pela Polícia Militar, que também prendeu seis pessoas e apreendeu droga e aparelhos eletrônicos.

Ao ser presa a jovem confessou que havia acabado de comprar a droga numa boca de fumo no bairro São José, explicando que deixou no local, como garantia, seu cartão do Bolsa-Família, com a senha. Cleusa Seabra Nunes, de 41 anos e Sebastião Martins Pacheco, de 50, são traficantes.

“É uma coisa que foge da realidade. É uma inversão de valores. O cartão que deveria ser utilizado para alimentar crianças é usado para manter o vício. Mostra que alguma coisa está errada”, afirmou o tenente Sebastião Antonio Gonçalves, chefe do

Serviço de Inteligência da Polícia Militar, ressaltando que não se trata de um caso isolado.

Não se trata de um caso isolado, como afirma o tenente Gonçalves. O Brasil está cheio de aberrações como essa. Os indivíduos utilizando o cartão do Bolsa-Família para comprar drogas. Essa prática vem sendo denunciada. O governo entende que é através desse artifício estúpido, das pessoas serem dependentes dos favores públicos, que se construirá um país soberano, independente, com uma população responsável.

Infelizmente, dificilmente esse pessoal que vive da caridade pública, através do Bolsa-Família, se recupera, aprenda alguma coisa, para se tornar um dia independente, ter sua fonte de renda com seu trabalho; seu esforço.

Com objetivo de subtrair benefícios eleitorais dessa gente dependente, nossos governantes estimulam o ócio, a corrupção, a dependência humilhante de uma pobre gente, com objetivos de angariar, na hora certa, o voto, caso contrário, esses programas jamais existiriam.

Milhares e milhares de casos iguais e até piores existem pelo interior brasileiro, sempre com o mesmo objetivo: comprar votos.

